

## “E a padiola ia e vinha, rangendo lugubrememente”:

coveiros, cemitérios e epidemia do cólera no Ceará (1862)

*“And the stretcher would come and go, scrunching lugubriously”: gravediggers, cemeteries and cholera epidemic in Ceará (1862)*

### RESUMO

O presente artigo visa compreender como os coveiros, durante a epidemia de cólera no Ceará de 1862, foram representados sob um olhar de desconfiança, preconceito e condenação, numa conjuntura de medo e morte generalizada, quando o enterro massivo de corpos tornou-se questão sanitária fundamental. A epidemia atingiu o cotidiano, afetou as práticas fúnebres locais, promoveu a urgência na construção de cemitérios para abrigar os milhares de mortos vitimados pela doença e a contratação de coveiros. A atuação destes tornou-se alvo de apreensão das autoridades. Para tal intento, analisamos documentos oficiais, imprensa, literatura, registros paroquiais e livros de memória, à luz da análise discursiva e do entrecruzamento dos documentos. As fontes demonstram que a preocupação com os cemitérios e enterros acarretaram medidas de coação, que forçaram homens miseráveis, inclusive presidiários, a assumirem, sob violenta coerção policial, as inumações dos coléricos.

**Palavras-chave:** Cólera morbo - Cemitérios - Coveiros - Ceará - Inumações

### ABSTRACT

The present article aims to comprehend how the gravediggers, during the cholera epidemic in Ceara in 1862, were represented under a gaze of distrustfulness, prejudice and condemnation, in a scenario of fear and widespread death, when the massive burial of bodies became an essential health issue. The epidemic reached the daily lives, affected local funeral practices, promoted the urgency in building cemeteries to shelter the thousands of dead afflicted with the disease and the hiring of gravediggers. Their performance became a target of apprehension of the authorities. For this purpose, we analyzed official documents, press, literature, parish records and memory books, in the light of the discursive analysis and of the intersection of documents. The sources have shown that the concern about cemeteries and burials led to coercive measures, which forced miserable men, including prisoners, to assume, under violent police coercion, the burials of the cholera victims.

**Keywords:** Cholera morbo - Cemeteries - Gravediggers - Ceará - Burials

\* Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense. Professor Assistente do Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Universidade Federal do Cariri. CV: <http://lattes.cnpq.br/4043001469234206>

\*\* Doutor em História Social pela Universidade Federal do Ceará. Atualmente é professor de disciplina Propedêutica da Faculdade Católica de Fortaleza e da rede pública estadual do Ceará, atuando na Escola Estadual de Educação Profissional Salaberga Torquato Gomes de Matos. CV: <http://lattes.cnpq.br/4953453393918048>

*Não prescindi de contratar práticos e enfermeiros, pois que mesmo nos grandes povoados, em se desenvolvendo a epidemia, apodera-se do povo um terror invencível, de modo que a Polícia tem de intervir muitas vezes para conseguir a condução de enfermos e cadáveres.<sup>1</sup>*



O trecho acima faz parte de ofício escrito por José Bento da Cunha Figueiredo Júnior, presidente do Ceará, e endereçado ao Marquês de Olinda, então Presidente do Conselho dos Ministros e Ministro dos Negócios do Império Brasileiro. Produzido em 1862, o documento apresentava a situação crítica vivida naquela província, em virtude de uma epidemia de cólera. No relato, Figueiredo Júnior reportava a contratação de pessoal para atuar nas enfermarias montadas pelo governo e citava a dificuldade de encontrar indivíduos dispostos a exercer o perigoso trabalho de transporte de doentes e cadáveres. O problema decorria do forte medo de adoecimento e morte pela doença. Ante tal recusa, o presidente do Ceará utilizava a força policial para pressionar indivíduos a assumirem os ofícios.

Relatos do uso de violência policial no agenciamento de homens para transportar doentes e, principalmente, mortos, foram recorrentes no Ceará de 1862. Do mesmo modo, as fontes mencionam que parte dos coveiros que atuaram na epidemia também assumiu o trabalho das inumações, sob ameaça de autoridades policiais. Não por acaso, parcela significativa dos relatos sobre o assunto, escritos por autoridades ou por membros das elites locais, desqualificaram os que exerceram tais tarefas, descrevendo-os como miseráveis, vagabundos, ébrios e outros termos pejorativos. A origem social e a cor de pele dos coveiros também foram referidas nas fontes para detratá-los, revelando aspectos perversos do Ceará oitocentista.

Um trecho da missiva assinada pelo pseudônimo “Justus”, veiculada na sessão “Correspondência”, do jornal *O Cearense*, em fins de agosto de 1862, contém um exemplo. Publicada com o título “O capitão Carmo perante o cólera no Icó”,<sup>2</sup> tinha como objetivo fazer o elogio dos serviços prestados por Joaquim do Carmo Ferreira Chaves, do corpo de polícia provincial. Após o capitão ser representado quase como santo – pois teria servido aos que procuravam auxílio, apesar de estar debilitado por contrair o cólera –, a carta revelava outra faceta do capitão, valorizada numa sociedade marcada pela desigualdade social, escravidão e preconceito de cor: a energia para impor a ordem. Segundo Justus, “certa gente ruim, que infelizmente sempre se honra com a denominação de canalha”, esteve a ponto de tumultuar

<sup>1</sup> Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (doravante, ANRJ). Série Interior. Negócios de Província e Estados - Ofícios de diversas autoridades. Ofícios do Governo do Ceará (1862). Ofício n. 52. 27 jun. 1862.

<sup>2</sup> Um dos mais antigos núcleos populacionais do sertão cearense, com história diretamente ligada ao avanço da pecuária no setecentos, Icó fica localizado a cerca de 500 quilômetros em relação à Fortaleza. Com fronteiras com a Paraíba e Rio Grande do Norte, Icó foi a primeira localidade cearense atingida pelo cólera em 1862. De lá a doença se espalhou para o sul e o norte do Ceará, em decorrência do papel daquela cidade no comércio sertanejo e pelas fugas de adoentados. O cólera teria matado entre 700 (*O Cearense*, Fortaleza, ano 17, n. 1568, p. 1, 20 mar. 1863) e 1.400 pessoas (*O Araripe*, Crato, ano 6, n. 287, p. 2, 06 set. 1862) no Icó de 1862. A crer na informação de que havia cerca de 5 mil pessoas habitando a cidade na ocasião – dado retirado de ofício do período – a porcentagem de vidas perdidas pelo cólera corresponderia a dano demográfico de 12% a 22%. ANRJ. Série interior. Negócios de províncias e estados. Ofícios de diversas autoridades. Ofícios do Governo do Ceará (1862). Ofício 41. 26 mai. 1862. Todos os periódicos utilizados na escrita deste arquivo estão sob a guarda da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e podem ser acessados através do site da Hemeroteca Digital da mesma instituição através do endereço: <[www.memoria.bn.br](http://www.memoria.bn.br)>.

a cidade. Tais pessoas teriam realizado “vários roubos e tentativas para outros, como até se suspeitou que pretendiam formar grupos, e invadir as casas dos ricos, que eles supunham ter dinheiro”.<sup>3</sup> Neste cenário, Carmo mostrou o gênio militar:

*Essa gente cruel, e ingrata, no dia que via morrer maior número de pessoas boas e gradas, supunha-se incólume, e dizia que os brancos se acabariam; e gritava – o Icó é nosso –. O capitão Carmo do mesmo modo que era caridoso, e brando, torna-se enérgico, e forte para castigar os desmandos da canalha.*<sup>4</sup>

A partir da leitura do trecho, deduz-se ter a camada abastada e branca do Icó temido a conjuntura epidêmica, pela ameaça de desordem social, caracterizada pela pretensa ação da “canalha”, representada como criminosa e não-branca. O medo da doença somou-se ao temor das “classes perigosas”,<sup>5</sup> fenômeno visível em outras epidemias do cólera no mundo oitocentista, quando os pobres, majoritariamente vítimas da doença, foram representados como focos de desordem ou protagonizaram, de fato, rebeliões.<sup>6</sup> Todavia, segundo o relato, “as pessoas boas e gradas” da cidade tinham quem lhes valesse. Quando a mortalidade aumentou, sendo “preciso sepultar de 40 a 50, e mais por dia e noite”, a “gente ruim” foi forçada a se integrar nos trabalhos do cemitério. Quando se negavam a fazê-lo, “mesmo mediante boa paga e muitas rogativas”, o “cinturão do soldado era apontado a esses desalmados, que só assim se prestavam” aos afazeres.<sup>7</sup> Desta forma, sem a coação liderada pelo capitão Joaquim do Carmo, disciplinando e subordinando a “canalha”, “os cadáveres ficariam insepultos” e a turba tomaria Icó.<sup>8</sup>

As fontes citadas indiciam aspectos da crise instaurada pelo cólera no Ceará. Não por acaso, a questão dos enterros tornou-se preocupação das autoridades: numa crise sanitária, a lida com os corpos era estratégica e os cemitérios eram alvo de apreensão social. Ao longo do artigo discutiremos sobre como cemitérios e os trabalhadores que lá atuaram foram tratados durante momento disruptivo, de forte tensão, responsável pela morte de cerca de 12.000 pessoas na província.

<sup>3</sup> *O Cearense*, Fortaleza, ano 16, n. 1539, p. 3, 26 ago. 1862.

<sup>4</sup> Idem.

<sup>5</sup> A descrição feita por Justus sobre a “canalha” do Icó encaixa com a visão preconceituosa presente na expressão “classes perigosas”. O termo teve ampla difusão no Ocidente ao longo do oitocentos. No geral, era utilizada para definir segmentos marginalizados, que recusariam trabalhos, preferindo viver cometendo crimes. No caso do Brasil, “classes perigosas” seriam representadas como “classes pobres viciosas”, majoritariamente vistas como compostas por pessoas de cor, tidas como fonte constante de ameaça ao ordenamento social (Chalhoub, 1996, p. 20-23).

<sup>6</sup> A historiografia demonstra que o cólera motivou uma série de motins e revoltas no século XIX. A quadra epidêmica trazia problemas que aumentavam as tensões sociais, tais como: elevação dos preços dos alimentos, por conta das medidas de quarentena; as mudanças impostas sobre o cotidiano da população, como nos ritos religiosos e nas práticas de cura tradicionais; as medidas disciplinadoras de médicos e autoridades públicas; a piora das condições de trabalho e higiene; etc. Por outro lado, entre as elites, assustadas com a epidemia e com a possibilidade de distúrbios sociais, prevalecia um discurso que via a doença como resultante da “fraqueza moral e falta de autocontrole” da pobreza, isentando-se de uma percepção mais ampla dos problemas da época, como se a “distribuição desigual da riqueza e da saúde” fossem “responsabilidade do indivíduo e não da sociedade como um todo” (Evans, 2005, p.355).

<sup>7</sup> *O Cearense*, Fortaleza, ano 16, n. 1539, p. 3, 26 ago. 1862.

<sup>8</sup> Idem.



## “O mais nefando e abominável crime de bruteza humana”: cenas da “má-morte” no Ceará

A epidemia de cólera morbus grassou pelas províncias do nordeste do Império do Brasil em duas ocasiões: 1855-1856 e em 1862. Na primeira ocasião a epidemia não adentrou as fronteiras alencarinas, mesmo tendo maculado as províncias vizinhas. Já em 1862, quando das primeiras notícias sobre uma nova invasão do mal colérico, havia uma crença na benignidade do clima cearense<sup>9</sup>, que fez com que as mobilizações fossem menos intensas e os preparos menos efusivos. Contudo, algumas providências foram adotadas no sentido de monitorar a possível entrada da peste.

Antes da chegada do cólera ao Ceará, o medo de contaminação, em razão das notícias dos surtos na Paraíba, estimulou algumas localidades cearenses a preparar cemitérios específicos, destinados ao enterro de eventuais coléricos. Ainda que a experiência pretérita apontasse para uma possível não incursão, os relatos de outras localidades do Império eram claros sobre a velocidade e crueldade da moléstia. Carta enviada da vila de Jardim, sul da província, escrita pelo padre Joaquim de Sá Barreto, dirigida ao bispo diocesano do Ceará, indicava a apreensão da localidade com os casos de cólera na fronteira com a Paraíba:

*Sendo muito de recear que um terrível flagelo em sua marcha acelerada e sempre pernicioso, nos venha também acometer, acha-se esta população pela mor parte miserável e desvalida, fortemente atemorizada e aflita, esperando a hora de ouvir dizer, estamos com o cólera.*<sup>10</sup>

Ante tal expectativa, o pároco solicitou ao prelado autorização para que ele ou o coadjutor da Freguesia benzesse “um terreno nesta Vila, outro na Povoação de Porteiras, e outro no sítio Brejo, que sirvam de cemitérios especiais para os cadáveres dos coléricos”.<sup>11</sup> Após a confirmação do cólera no Ceará, entre fins de março e começo de abril de 1862, a presidência da província e o bispo diocesano estimularam a criação das necrópoles.<sup>12</sup> Os espaços escolhidos para tais enterramentos aparecem nas fontes, frequentemente alcunhados

<sup>9</sup> Tal opinião sobre os efeitos do clima baseava-se na teoria dos humores, do grego Hipócrates (459-355 a.C.). Ela tinha como premissa basilar a confiança na capacidade curativa da natureza, ou physis. A doença era entendida como um desequilíbrio entre quatro humores básicos, que se vinculavam aos quatro elementos constitutivos da physis, as quatro estações e suas respectivas qualidades: sangue – elemento ar; primavera; quente e úmido –, pituita ou fleuma – água; inverno; fria e úmida –, bile amarela ou cólera – fogo; verão; quente e seca – e bile negra ou melancolia – terra; outono; fria e seca (Lima, 1996, p. 47). Índícios da vitalidade da teoria humoral na medicina brasileira oitocentista podem ser encontrados no dicionário Chernoviz, como no trecho a seguir: “Os climas exercem sobre o físico e o moral do homem uma influência poderosa, que resulta dos efeitos simultâneos da luz, do calor, da eletricidade, da humidade, dos ventos, da produção e natureza do terreno, da posição dos lugares, da cultura das terras, e talvez de alguns outros agentes não conhecidos” (Chernoviz, 1890, p. 599). Pela citação, apreende-se que as peculiaridades climáticas de um lugar eram resultado do entrelaçamento de fatores geográficos e atmosféricos, o que explicava a preocupação com os “miasmas”, emanações advindas de substâncias orgânicas em putrefação, que, supostamente, contaminavam o ar, gerando infecções e epidemias.

<sup>10</sup> Departamento Histórico Diocesano Pe. Antônio Gomes de Araújo (doravante, DHDPG). *Carta do Padre Joaquim de Sá Barreto a Dom Luís Antônio dos Santos*, sem data.

<sup>11</sup> Idem.

<sup>12</sup> Em Crato, por exemplo, o livro de tomo paroquial, transcreveu ofício do bispo Dom Luís Antônio dos Santos orientando a construção urgente do novo cemitério. Mesmo assim, não foi erigido imediatamente: o livro conserva a ata de benção do lugar, cerimônia realizada a 17 de junho de 1862, cerca de um mês e meio após a chegada do cólera em Crato. DHDPG. *Livro de Tombo da Paróquia de Nossa Senhora da Penha do Crato*.

como “cemitério dos coléricos”.

A preocupação em instituir campos santos para os defuntos pela epidemia refletia preocupações higiênicas, como a garantia de inviolabilidade dos túmulos, ao contrário dos cemitérios comuns, nos quais as covas eram reabertas com regularidade para retirada de restos mortais e colocação de novos cadáveres. No caso das epidemias, a teoria miasmática orientava cuidado redobrado com a gestão das covas, em decorrência do risco de infecção do ar pelos corpos em putrefação. Acrescente-se o dado que os cemitérios dos coléricos foram erguidos em locais mais distantes dos núcleos urbanos. Em Crato, no sul do Ceará, o primeiro cemitério da cidade foi erguido entre 1853 e 1856, ficando, aproximadamente, a 200 metros em relação à Matriz da Penha, onde até então eram inumados os defuntos. Com a chegada do cólera, nova necrópole foi erigida a cerca de dois quilômetros de distância das ruas da cidade, em uma área desabitada, às margens da estrada que ligava Crato ao então povoado do Juazeiro (Alexandre, 2010, p. 146).

Já no caso da vila de Maranguape, vizinha à Fortaleza, com cemitério relativamente novo e que se acreditava com condição de abrigar os cadáveres provocados pelo mal colérico não foi pauta de debates a criação de novo campo santo. Contudo, diversas cartas enviadas pelos médicos comissionados na vila ao presidente de província, e de populares, que foram publicadas no jornal Pedro II apontam uma situação digna de filmes de terror, com fendas nas covas rasas, diante do poder dos gases oriundos da degeneração dos corpos enterrados.<sup>13</sup> Não à toa, “uma peste era então, mesmo para os sobreviventes, um trauma psicológico profundo” (Delumeau, 2009, p. 169). O cemitério de Maranguape, que distava cerca de uma légua da Matriz da vila, ficou abarrotado de corpos. A virulência da peste fez com que os buracos já abertos pelas famílias não fossem nem de longe suficientes para atender a demanda. Como solução, os coveiros abriram valas grandes, mas rasas, nas quais jogavam os corpos sem o mesmo cuidado ritual, típico dos tempos comuns. Não havia familiares para acompanhar os enterramentos e os poucos coveiros que restavam iam dia a dia, ao compasso da aguardente, se livrando dos cadáveres da forma mais rápida possível. Como afirmaram Nascimento e Silveira, comentando Philippe Ariès, “além do desastre demográfico, o evento epidêmico inviabiliza o ‘bem morrer’”<sup>14</sup> (Nascimento e Silveira, 2004, p. 16).

Era uma época de debates sobre a pertinência de cemitérios extramuros, o que

<sup>13</sup> Para mais informações sobre as cartas e os médicos em comissão na vila de Maranguape, vide: Maciel (2011).

<sup>14</sup> Para Philippe Ariès, a “boa morte” era precedida por aviso prévio, como a doença, pois, “sabendo de seu fim próximo, o moribundo tomava suas providências” (Ariès, 2003, p. 31). A produção de testamento, a reconciliação com membros da família ou da comunidade, o reconhecimento e pagamento de dívidas e a procura pelos sacramentos eram algumas das providências a tomar. Finar no leito doméstico – arrodado por familiares e amigos, após receber a confissão, seguida da comunhão e da extrema-unção – era o modelo idealizado pela “pedagogia do bem morrer”, ensinada aos fiéis pelos padres e por manuais populares até o oitocentos (Rodrigues, 2005, p. 40). Após o traspasse de alguém, os rituais prosseguiam: era preciso amortilhar o corpo, velá-lo, contratar missa de corpo presente e encomendação do defunto com os sacerdotes, e, enterrá-lo, enfim, em “campo santo”, como igrejas e cemitérios. Na sequência à cerimônia de enterro, outros ritos seriam realizados: a manutenção do luto, missas expiatórias, o acendimento de velas, as visitas de cova etc. Em contraponto ao modelo descrito acima, a “morte terrível” assaltava de forma súbita, não dando tempo ao moribundo de se preparar para a passagem. Não por acaso, os surtos epidêmicos e as guerras eram colocados como exemplos de “má morte” (Ariès, 2003, p. 37). Conjunturas extraordinárias, de tensão social, alteravam as práticas fúnebres corriqueiras, ante ao aumento avassalador dos doentes e mortos. Os ritos cotidianos a unir o morto ao seu círculo não são os mesmos em tempo de peste ou guerra. A liturgia fúnebre que ordinariamente deveria se “desenrolar na ordem e na decência”, era substituída, “em condições insustentáveis de horror”, pela “anarquia e de abandono dos costumes mais profundamente enraizados no inconsciente coletivo” (Delumeau, 2009, p. 179).

não significa que deixassem de ser espaços religiosos. Pelo contrário, conforme exposto, a constituição de campos santos vinha com a bênção das autoridades eclesiásticas.

Palco central da epidemia, os cemitérios exibiram cenas dramáticas. Primeira localidade cearense vitimada pelo cólera, a cidade Icó vivenciou de forma dolorosa o espetáculo da morte em massa: viu as ruas tomadas pelo trânsito constante de corpos em direção ao cemitério construído a partir da epidemia. Escrevendo a 18 de abril, Luís José de Medeiros, presidente da comissão sanitária da cidade, relatava ao presidente da província que o campo santo não cessava “de receber cadáveres aos, 10, 12, 13 e 20 por dia, e hoje até este momento cinco horas da tarde já se contaram 26 e provavelmente ainda excederão de 30!”.<sup>15</sup> Em outra correspondência, Medeiros informou sobre dias nos quais o número de passamentos na cidade ultrapassou a casa dos cinquenta.<sup>16</sup> Médias diárias semelhantes foram registradas em outras localidades cearenses, como Crato<sup>17</sup> e Maranguape,<sup>18</sup> com maior quantidade de óbitos registrados na região do Cariri e na província, respectivamente.

Não por acaso na documentação que trata dos corpos dos coléricos, no Ceará de 1862, estão sempre embutidas imagens de horror, pela forma como eram tratados, sem obediência aos ritos considerados centrais para a transição ao “além”. As fontes se referem aos corpos amontoados indecentemente em carroças, jogados pelas ruas, à mercê dos urubus, de enterros em valas comuns, sem encomendação da alma por sacerdote e sem acompanhamento de parentes e amigos, indícios da dessacralização da morte, propiciada pela erupção do cólera e de seu impacto sobre os vivos.

Uma das grandes marcas da epidemia é esta desritualização da morte. Se em tempos de normalidade sanitária a família velava os últimos momentos daquele que desfalecia - tendo ao pé de sua cama o padre para aplicar a extrema unção, os familiares e amigos que ouviriam os últimos desejos e, após seu suspiro final, vigiariam sua morte e posteriormente conduziriam no esquife até o campo santo, onde seriam efetuadas as últimas preces de encomendação do corpo e, por fim, o enterramento - em momentos de peste, a solidão era a companheira. Mais precisamente, em um mundo de mitologias cristãs, o medo seria o grande companheiro, pois como indicam as historiadoras Claudia Rodrigues e Maria Franco (2011, p.161), “só ressuscitariam os que tivessem recebido sepultura adequada e inviolada”. Ao tratar da questão, as historiadoras indicam como, segundo a lógica escatológica cristã, se traduziria o medo de não dar ao corpo o justo zelo pós morte, resultando na ameaça de que não despertaria no último dos dias e não seria salvo. Morrer já era uma dor, desassistido dos rituais e sacramentos, era assustador. Comenta Delumeau sobre essa desritualização:

<sup>15</sup> ANRJ. Série Interior. Negócios de Província e Estados. Ofícios de diversas autoridades. Ofícios do Governo do Ceará (1862). Ofício n. 35, 04 mai. 1862.

<sup>16</sup> Idem. Ofício n. 41, 26. mai. 1862.

<sup>17</sup> Nas informações existentes sobre as mortes de coléricos em Crato, as fontes apontam valores díspares: 760 (*O Cearense*, Fortaleza, ano 17, n. 1568, p. 1, 20 mar. 1863), 871 (Medeiros, 1863, p. 17) e 1100 (*O Araripe*, Crato, ano 6, n. 287, p. 2, 06 set. 1862). Irineu Pinheiro encontrou registros de que o número de doentes na freguesia teria alcançado 8.000, quando o total de habitantes era estimado em 18.230 (Pinheiro, 1950, p. 130).

<sup>18</sup> Um balanço da mortalidade causada pelo cólera, publicado pelo *O Cearense* em março de 1863, calculava em 2850 o número de pessoas falecidas naquela vila, o maior índice registrado no Ceará (*O Cearense*, Fortaleza, ano 17, n. 1568, p. 1, 20 mar. 1863). Tratando do número de contaminados na vila, o Barão de Studart calculou em mais de 5.000 os acometidos (Studart, 1997, p. 57.). Levando em consideração tais dados, a taxa mortuária dos coléricos teria sido de quase 60% na vila.

*Quando a morte é assim desmascarada, “indecente”, dessacralizada, a esse ponto coletiva, anônima, repulsiva, toda a população corre o risco do desespero ou da loucura, sendo subitamente privada das liturgias seculares que até ali lhe conferiam nas provações dignidade, segurança e identidade (Delumeau, 2009, p. 181).*

As pessoas sãs e convalescentes tinham que lidar com os medos oriundos da moléstia, mas também, ao observar o trânsito constante de corpos a percorrer as cidades cearenses em direção aos cemitérios, eram expostos à sua própria possibilidade de padecimento, pois “a morte do outro é uma lembrança de nossa própria morte” (Elias, 2001, p. 16-17).

Sobre essa relação íntima dos sujeitos com a morte durante a epidemia de cólera no Ceará, há uma pequena novela intitulada *Violação*, de autoria de Rodolfo Teófilo, com publicação em 1899. Nela, o autor narra, em um misto de ficção e autobiografia, suas experiências quando criança, filho do médico Marcos Teófilo, na vila de Maranguape durante a epidemia de cólera. Disse ele, sobre a forma como os mortos eram levados ao cemitério por homens engajados na triste tarefa:

*E a padiola ia e vinha, rangendo lugubrememente, cantando a tristonha melopeia da morte, e eu a ouvia aterrado porque o seu ruído trazia a ideia dos defuntos. A figura de um deles, um cabra de bigodes retorcidos e cabelos crespos caídos sobre a testa, me causou tão má impressão que até hoje conservo na minha memória as feições de sua carantonha. Vinham todos eles embriagados. Caminhavam aos tombos, mal equilibrados, e, as passadas em falso, traziam a padiola numa incessante sacudidela, e faziam mais intenso o seu lúgubre e áspero ranger (Teófilo, 1979, p. 241).*

Para alguns observadores, era indecente e imoral a forma como os corpos eram levados. O médico Joaquim Francisco da Costa, membro da comissão de socorros públicos na vila de Maranguape, assim descreveu sua insatisfação com as cenas que se apresentavam, em carta de 12 de junho ao presidente da província:

*Causa compaixão, ver a miséria com que são conduzidos os cadáveres para o cemitério, todos com a roupa com que acabam de espirar, sem a menos serem envoltas em um lençol, e neste as pobres donzelas, que vão ser expostas às vistas dos coveiros.<sup>19</sup>*

O mesmo se observa em outra missiva escrita na mesma vila, pelo também comissionado Cirurgião Américo Fabiano Barreto Nobre, datada de 11 de julho:

<sup>19</sup> Arquivo Público do Estado do Ceará (doravante, APEC). Comissão de Socorros Públicos. Ala 5/ estante 4/ prateleira 18/ caixa 12. Cartas enviadas pelas comissões médicas – Joaquim Francisco da Costa, 12 jun. 1862.

*É pena ver o cadáver d'uma donzela exposto às vistas profanas d'almas vis e corrompidas pelo vício e devassidão d'estes coveiros – ao passo que com uma pobre mortalha se evitaria semelhante escândalo que repugna e causa indignação ao gênero humano.<sup>20</sup>*

As cenas de desrespeito aos corpos, especialmente das virgens, fixaram-se no imaginário dos maranguapenses. A possibilidade de mortas terem sido profanadas atormentava os familiares, servindo, inclusive, de inspiração à literatura. Conforme apontado, no ano de 1899, o farmacêutico Rodolfo Teófilo publicou a novela *Violação*. A obra, um misto de memórias ficcionais e literatura, incursiona pelo horror humano provocado pela desagregação da fina teia de regras sociais, a partir da epidemia de cólera em 1862. Entre doentes, sacerdotes, fiéis penitentes, médicos impassíveis, carregadores de defuntos entregues às mais abjetas perversões, perpassa o tema do horror, tão caro a Rodolfo Teófilo.

Em sua narrativa, Rodolfo diz ter assistido todos os seus parentes caírem adoentados devido à peste, e que sua mãe dera à luz a uma menininha, a quem, na falta de padre – o vigário da cidade também estava doente – foi batizada por um vizinho com o nome de Maria, mas resistiu por menos de 24 horas neste mundo. O pai doente e a mãe, além de puerpera, também acometida pela moléstia, acabaram delegando a ele, uma criança de 10 anos, a cruel missão de enterrar sua irmã. Segundo Rodolfo, a doença tinha corroído sua irmã: “Havia apenas no berço um esqueletinho vestido de pele, cor de cera branca, com os olhos abertos, num olhar morto de estátua” (Teófilo, 1979, p. 238). Após cenas de declarado medo da criança e do sofrimento da despedida de dois pais acamados, o jovem Rodolfo coloca a irmã em um pequeno esquife, esfrega álcool canforado por todo o corpo e segue em direção ao campo santo, a mais ou menos uma légua de sua casa, atravessando uma ponte sobre o riacho Gavião. Diz ele que a duras penas, com as pernas bambas e o coração apertado, caminhou sem encontrar nenhuma viva alma. Quanto mais próximo chegava do cemitério, mais o temor o consumia. Lá chegando, teve a esperança de encontrar alguém fazendo os enterramentos, para que pudesse buscar socorro para sua ingrata missão. Mas ao invés disso deparou-se com lúgubre cena: “Tulhas de cadáveres se espalhavam de chão afora, uns já podres, apodrecendo outros” (Teófilo, 1979, p. 240). Pensou em jogar o minúsculo esquife da irmã sobre a pilha de cadáveres e correr, mas ouviu se aproximar o lento ranger da padiola. Dois carregadores de defuntos vinham em sua direção. Narra o farmacêutico romancista que

*[...] foram enviados de Fortaleza doze sentenciados às galés perpétuas para o serviço das inumações. Todos estes criminosos morreram fulminados nos três primeiros dias de sua chegada, a exceção de dois que desgraçadamente viveram mais alguns dias para morrerem como os companheiros, porém depois de cometerem o mais nefando e abominável crime de bruteza humana (Teófilo, 1979, p. 244).*

<sup>20</sup> APEC. Comissão de Socorros Públicos. Ala 5/ estante 4/ prateleira 18/ caixa 12. Cartas enviadas pelas comissões médicas – Cirurgião Américo Fabiano Barreto Nobre. 11 jul. 1862.



Amedrontada, a criança escondeu-se em um matagal enquanto acompanhava com o olhar os carregadores de defuntos. Inebriado pela cena, deixou a irmã no meio dos mortos e correu para casa. Já os carregadores, além de seus serviços, ainda tiveram tempo para realizar horrendo crime que seria narrado pelo jovem Rodolfo anos depois.

Após a cena do abandono da irmãzinha de Teófilo no cemitério, Violação dá um salto temporal de cerca de vinte anos, chegando aos dias presentes do autor. Depois de anos morando na capital cearense, narra Teófilo, resolveu visitar Maranguape e lá encontrou-se com um homem de olhar descrito como “sem vida”. Rodolfo diz lembrar de ter visto aquele sujeito sendo consolado por seu pai, quando da epidemia de 1862. A personagem triste, cujo nome não é indicado pelo narrador, resolve, então, contar-lhe sua cruel história. Disse ele ter, logo nos primeiros dias da epidemia, auxiliado sua mãe, que veio a falecer. Na sequência, ele próprio caiu doente. Passou, então, a receber os cuidados de sua amada noiva, uma jovem que zelou por ele em meio aos vômitos e dejeções imundas. Contudo, assustada pela desfiguração provocada pela doença no noivo, ela fugiu. Sozinho, ele sentiu “uma câibra mais forte” que, chegando ao coração, o estrangulou em repetidos espasmos: “Perdi os sentidos; morri para os que minutos depois me vieram ver” (Teófilo, 1979, p. 247). Passado um tempo ele acordou em meio a balanços, demorou um pouco para entender onde estava: percebeu-se catatônico, dentro da padiola que carregava os defuntos. Mais surpreso e desesperado ficou quando entendeu ser o corpo que estava junto ao seu, na padiola, o da amada noiva. Com os sentidos despertados, mas o corpo adormecido, acabou sendo testemunha de grave crime. Primeiro furtaram os brincos e outros pertences da jovem defunta. A seguir uma disputa ocorreu. Após um jogo de baralhos ficou claro o que fariam, apostavam a ordem em que violariam o cadáver:

*Os dois monstros, cada qual mais repelente pela sua moral, mais imundo pelo seu físico, mais asqueroso pelos seus vícios, indignos mesmo do amor de um cadáver, cevaram-se à farta na virgem morta, enquanto adormeci ou desmaiei!... (Teófilo, 1979, p. 255).*

O malfadado narrador termina dizendo ter acordado quando o sol já se erguia e se deparou com os corpos dos carregadores mortos, como que fulminados pelo cólera, um castigo pelo crime cometido. Retomando a ação de seus membros ergueu-se, cobriu o corpo violado da noiva. Ainda fraco, não a enterrou. Pisou, então, as caras dos criminosos e voltou para o centro da vila onde desde então teria vivido com as dores daquela cena: “E saí, com o passo vacilante, em rumo à vila onde o senhor me encontra, vinte anos depois, ainda enclausurado dentro de mim, evitando o convívio dos homens e chorando a viuvez do meu espírito (Teófilo, 1979, p. 256).

A trágica história escrita por Rodolfo Teófilo reflete aspectos do terror causado pelo cólera em Maranguape. Os limites entre a memória do escritor sobre a crise e o que é ficcional na obra são de difícil separação. Em parte, a indefinição é causada pela existência de fatos documentados na época. Como indicamos, algumas cartas escritas em 1862 referiam preocupação com o trato das “donzelas” mortas. Por outro lado, alguns presidiários foram de

fato enviados à vila para o exercício do funesto trabalho de ajudar no tratamento dos doentes e transportar mortos. Uma nota publicada no jornal O Cearense afirmava:

*O senhor Dr. Lemos foi na semana passada, na força da epidemia a Maranguape, examinar por si mesmo o doloroso estado daquela vila, constata-nos que deu as providências que pôde, e voltando fez contratar aqui mais pessoas para o serviço da enfermaria e do cemitério. Dez presos ofereceram-se para prestar este serviço mediante uma retribuição, e lá foram com escolta. Deus queira recompensar sua dedicação.<sup>21</sup>*

Em fins de agosto de 1862, quando o presidente do Ceará, Figueiredo Júnior, equivocadamente, julgava que a epidemia declinaria de vez em Maranguape, comunicava, ao Marquês de Olinda, ter mandado “recolher à cadeia desta cidade [Fortaleza] os presos que ali estavam prestando serviços, como enfermeiros, conservando-se na vila quatro coveiros para enterramento de alguns cadáveres de coléricos”.<sup>22</sup> Se o relato de necrofilia efetuado por Rodolfo Teófilo era ficcional, tinha embasamento na presença real destes prisioneiros encaminhados à vila, como mencionado nos relatos do Barão de Studart:

*O pânico produzido em Maranguape pela epidemia tocou a seu auge; muitas pessoas foram sepultadas vivas; o serviço dos enterramentos era feito por presos a quem se havia prometido o perdão das penas, que estavam cumprindo (Studart, 1997, p. 55).*

Carta do cirurgião Américo Fabiano, responsável pela enfermaria de campanha da vila, afirma ter recebido sob sua tutela dois presos para auxiliar no hospital; um deles logo adoeceu, mas o outro – Joaquim Cândido Carneiro Monteiro – foi elogiado pelo cirurgião como um dos melhores enfermeiros, que estava tomando conta das enfermarias e das distribuições de alimentos. Outro relato foi produzido por Joaquim Sombra, a época, intendente da vila de Maranguape. Em carta publicada no jornal *Pedro II*, afirmou:

*Dos soldados que daí vieram já faleceram 7 ou 8, e creio que só restam 3 ou 4 de pé! Os carregadores de mortos têm ganho 7\$ [sete mil réis] por dia e noite, e mesmo assim é preciso serem recrutados pela polícia, e conservá-los na cadeia no tempo de descanso, a fim de não fugirem! A não ter vindo daí 10 ou 20 pessoas para abrirem as sepulturas, já os urubus tinham comido gente! Deus de misericórdia levantai de nós o dedo de vossa ira [...].<sup>23</sup>*

A prática de colocar presos no sepultamento de corpos em época de epidemia era frequente, sendo registrada em outros tempos e espaços. Na primeira manifestação do cólera

<sup>21</sup> O Cearense, Fortaleza, ano 16, n. 1533, p. 1, 15 jul. 1862.

<sup>22</sup> ANRJ. Série Interior. Negócios de Província e Estados. Ofícios de diversas autoridades. Ofícios do Governo do Ceará (1862). Ofício n. 72 de 20 ago. 1862.

<sup>23</sup> Pedro II, Fortaleza, ano 22, n. 154, p. 3, 9 jul. 1862.

em Cuba (1833), “criminosos perigosos eram perdoados desde que dirigissem as ‘carroças mortas’” (Kiple, 1985, p. 162). Ricardo dos Santos, ao estudar a gripe espanhola no Rio de Janeiro de 1918, afirmou que, diante do quadro tenebroso dos cadáveres abandonados pelas ruas e não “havendo pessoal suficiente para recolher e enterrar os mortos, foram utilizados os presidiários” (Santos, 2004, p. 136). Aliás, o referido autor também identificou relatos de necrofilia, envolvendo coveiros-presidiários, como o seguinte escrito memorialístico de Nelson Rodrigues:

*Às moças mortas, [os coveiros] arrancavam as capelas e levantavam as mortalhas para ver as partes. Que curravam as mais frescas antes de enterrá-las. Melhores as que estavam ficando moles: eram tiradas dos caixões e comidas de beira-de-cova (Rodrigues, 1967 apud Santos, 2004, p. 135).*

No caso do Ceará, como referido por Studart, o pagamento acordado aos detentos enviados como coveiros à Maranguape incluía o perdão das penas (Studart, 1997, p. 55), o que, obviamente só valeria o sacrifício se conseguissem sobreviver ao cólera. Entre a prisão e a campa, restava o fio tênue da esperança de liberdade.

Ao contrário do teor negativo atribuído na novela de Teófilo aos detentos enviados à Maranguape, alguns homens que viveram a situação foram saudados, como aponta o caso relatado, acerca do preso Joaquim Cândido Carneiro Monteiro. A novela de Teófilo aponta diversos lugares comuns da época, inclusive quase lombrosianos, quando cria a contraposição dos bestiais carregadores de defuntos. Formado farmacêutico pela Faculdade de Medicina da Bahia, Teófilo foi marcado pelos debates científicos que ganharam força na instituição nos anos 1870, chegando ao dito “racismo científico”,<sup>24</sup> a colocar a mestiçagem como elemento de suposta corrupção física e moral: “ambos eram mestiços, de feia catadura e de uma carnação tão vigorosa que os dias da cadeia, numerosos embora, não puderam sequer amolecer-lhes a musculatura” (Teófilo, 1979, p. 255). Na referência à jovem noiva consta: “Não sofreu, nada sentiu e muito branca e muito bela parecia adormecida com o ar do rosto numa expressão angelical” (Teófilo, 1979, p. 254).

A imprensa também destacou o papel desempenhado pelos coveiros presidiários. O Cearense informou, em agosto de 1862, terem morrido cinco dos dez presos “voluntariamente” engajados nas enfermarias. Entre os sobreviventes, quatro retornaram à Fortaleza e um “ficou

<sup>24</sup> O chamado “racismo científico” se baseava em teorias deterministas com expansão na segunda metade do século XIX (Schwarcz, 1993). No Brasil, tais teorias ganharam espaço nas faculdades de Direito e, especialmente, Medicina, a partir da década de 1870, período no qual a escravidão vivia sua crise final, com um aumento das ações de resistência de negros e negras, ascensão política do abolicionismo e a publicação das leis do Ventre Livre e dos Sexagenários. Os lances finais do escravismo levavam as elites políticas, econômicas e intelectuais brasileiras a se perguntar sobre o futuro dos negros após a abolição e o impacto na sociedade brasileira. A Faculdade de Medicina da Bahia – onde se formaram entre 1870 e 1880 intelectuais de renome, como o farmacêutico Rodolfo Teófilo e o médico legista Raimundo Nina Rodrigues – representou o processo da mestiçagem de forma mais negativa. Segundo Pietra Diwan, os profissionais formados na Bahia consideravam a miscigenação como “impedimento para o desenvolvimento do país. A mistura proporcionava a loucura, a criminalidade e a doença” (Diwan, 2013, p. 91). Essa visão pessimista a respeito da mistura racial é explícita na obra de Teófilo. O fato dos dois coveiros de “Violação” serem representados como “mestiços” ou “cabras” de “cabelos crespos” não é fortuito. É possível indicar aqui uma visão de Teófilo que projetava sobre os mestiços valores de inferioridade (Alexandre, 2017, p. 137).

convalescendo”. Solicitava, para os mesmos a piedade do Imperador: “Os que escaparam são dignos da atenção do governo Imperial”.<sup>25</sup> Já o Pedro II publicou os nomes deles: “Joaquim Cândido Carneiro Monteiro, José Thomaz Gomes Moreno, João Alves Ferreira, Inocêncio Correia da Silva e Cristóvão de tal”. Em benefício do quinteto, solicitava: “Tendo nós ciência de seus relevantes serviços e em uma quadra de morte, onde outros seus infelizes companheiros pereceram, julgamos que a humanidade e a justiça reclamam um pronto perdão para esses cinco presos que escaparam”.<sup>26</sup>

O caso, aparentemente, recebeu atenção da Corte: o presidente do Ceará, solicitou ao Chefe de Polícia “as peças dos processos dos presos que durante o período da maior intensidade do cólera morbo em Maranguape se prestaram voluntariamente” ao serviço de enfermeiros e coveiros, a fim de atender pedido do Ministério da Justiça.<sup>27</sup>

### “O povo recusa-se a carregá-los”: entre a falta e a afoiteza dos coveiros

O caso dos presos-coveiros indicia a preocupação com o sepultamento célere dos coléricos no Ceará de 1862. Informado por cartas enviadas de Sucatinga, no litoral da província, sobre a existência de “cadáveres insepultos” pelas ruas, José Bento da Cunha Figueiredo Júnior afirma ter enviado imediatamente “um destacamento de 8 praças para aquela povoação”.<sup>28</sup> A preocupação com o potencial de transmissão dos mortos fez com que o presidente mobilizasse também delegado e juiz municipal para verificar o estado sanitário da localidade. Assim, pôde “então saber que a notícia era completamente falsa, pois que não se havia dado ainda um só caso do cólera” em Sucatinga.<sup>29</sup>

A contratação de pessoal para transportar doentes para as enfermarias e cadáveres para os cemitérios, ou para exercer o trabalho infimo de abrir covas e valas comuns não foi fácil para várias comissões de socorro espalhadas pela província. Apenas indivíduos miseráveis aceitavam arriscar suas vidas em troca de pagamentos irrisórios, ante os riscos do ofício. No geral, os homens se recusavam a cumprir tais tarefas, seja pelo medo do contágio ou pela repugnância da situação. Em muitos casos, a repulsa era tão forte que o governo e as comissões confiaram a soldados o cumprimento da função. Foi o caso de Acarape, no norte do Ceará, no qual os enterramentos foram “feitos por um cabo e um soldado, visto [que] o povo dali recusa-se a fazer esse serviço”.<sup>30</sup>

Ao tratar da dificuldade encontrada no reforço do policiamento de Crato durante eleição a ser realizada por ordem do governo imperial – que anulava o pleito para juiz de paz e vereadores municipais ocorrido em 1861, por conta de fraudes –, o presidente da província informava ao ministério ter sido “obrigado a destacar mais algumas praças em diferentes

<sup>25</sup> *O Cearense*, Fortaleza, ano 16, n. 1537, p. 2, 12 ago. 1862.

<sup>26</sup> *Pedro II*, Fortaleza, ano 22, n. 181, p. 3, 9 ago. 1862.

<sup>27</sup> *Gazeta Official*, Fortaleza, ano 1, n. 26, p. 3, 11 out. 1862.

<sup>28</sup> ANRJ. Série Interior. Negócios de Província e Estados. Ofícios de diversas autoridades. Ofícios do Governo do Ceará (1862). Ofício n. 41. 26 mai. 1862.

<sup>29</sup> Idem. Ofício n. 53. 30 jun. 1862.

<sup>30</sup> Idem. Ofício n. 84. 12 set. 1862.

lugares, a fim de auxiliarem as respectivas autoridades, concorrendo sobretudo para que não se dê o fato lamentável de ficarem cadáveres insepultos, como noutras Províncias aconteceu em crises semelhantes”.<sup>31</sup>

Em São Bernardo – no centro da província do Ceará –, não “havendo meios para prover ao enterramento dos coléricos”, pois “o povo recusa-se a carregá-los”, a comissão negociou uma medida que não deixava de ser polêmica. Instituiu a remuneração por produtividade: contratou quatro indivíduos, “mediante a paga de 1.280 réis por cada corpo”.<sup>32</sup> Francisco Rodrigues Sette, juiz de direito e presidente da comissão de socorros do Crato, também preocupado com o serviço de enterramento, adquiriu duas carroças para recolhimento dos defuntos, “conduzidas por oito indivíduos que trabalham alternativamente dia e noite, vencendo 1\$ rs (mil réis) por dia e 1\$500 rs (mil e quinhentos réis) por noite”.<sup>33</sup> Se a ceifa do cólera agia 24 horas por dia, era necessário impedir o acúmulo de mortos nas ruas, razão do serviço de transporte para o cemitério ser ininterrupto.

A dificuldade de contratação de indivíduos para lidar com o trânsito de doentes e mortos era proporcional ao grau de letalidade da doença na localidade. Não por acaso Maranguape recebeu mais pessoas enviadas pela presidência com tais fins. Além dos presos mandados da capital, no começo de julho de 1862, foram enviados “21 indivíduos, que se contrataram por 5.000 réis [diários] cada um, a fim de fazerem o serviço da abertura de covas, e condução de doentes para as enfermarias e cadáveres para o cemitério”.<sup>34</sup> Uma pessoa já tinha sido contratada por 8 mil réis diários e sete praças do destacamento, enviados para cumprir as funções, tinham falecido. Em face do alto número de doentes nas enfermarias da vila, só a muito custo a presidência conseguiu contratar uma mulher que aceitasse lavar as roupas dos enfermos indigentes: “tal é o terror que inspira o estado de Maranguape”.<sup>35</sup>

As informações coletadas nas fontes mencionadas nos últimos parágrafos indicam o abandono dos ritos fúnebres em tempo de peste. Nascido em Crato em fins do oitocentos, Irineu Pinheiro, médico e historiador, teve a oportunidade de conhecer sobreviventes da epidemia. A partir dos relatos coletados, escreveu: “mesmo a pequena parcela de abastados da cidade, que podia ter seus corpos enterrados em caixões, não teve o préstimo de amigos e familiares em seu cortejo ao cemitério. Os pobres, grande maioria dos vitimados, quando muito, tinham seus cadáveres levados em redes ou eram simplesmente amontoados em carroças, sem consideração às diferenças de sexo e idade, puxadas por animais até as valas comuns” (Pinheiro, 1963, p. 422-423).

Ainda segundo Pinheiro, os responsáveis por guiar as carroças de mortos em Crato trajavam roupas específicas: vestes, gorro e meias que subiam até o joelho, todos na cor vermelha. Provavelmente, ao trajar rubro, os coveiros anunciavam sua presença à distância, facilitando a identificação dos que necessitavam comunicar a presença de mortos em casa. Por outro lado, sinalizavam o perigo de aproximação às pessoas saudáveis, temerosas de contato

<sup>31</sup> Idem. Ofício n. 77. 30 ago. 1862.

<sup>32</sup> Idem. Ofício n. 47. 9 jun. 1862.

<sup>33</sup> Idem. Ofício n. 65. 12 ago. 1862.

<sup>34</sup> Idem. Ofício s/n. 9 jul. 1862.

<sup>35</sup> Idem. Ofício n. 56. 11 jul. 1862.



com quem manuseava corpos contaminados. *Pari passu*, os carregadores portavam uma cor simbolicamente considerada como capaz de despertar força, com qualidades mágicas e medicinais (Chevalier e Gheerbrant, 2015, p. 945).

A busca por defesas profiláticas também explica a razão pela qual estes homens atuavam, ordinariamente, sob efeito da cachaça (Pinheiro, 1963, p. 423), ante a confiança generalizada, defendida até por parte da medicina do período,<sup>36</sup> de que assim estariam imunizados. Para além da crença no poder preventivo do álcool, a bebida também afetava o ânimo dos que exerciam o penoso ofício, que poucos julgavam digno ou temiam executar. A cachaça era um profilático, da peste e do medo.

A mais interessante descrição dos coveiros do Crato é de autoria do médico Manoel de Medeiros, no relatório sobre a epidemia no sul do Ceará (Medeiros, 1863). De acordo com o documento: entre fins de junho e início de julho de 1862, houve dia no qual 48 pessoas morreram na cidade, ocasionando atropelo no serviço das inumações, com 60 cadáveres esperando sepultura. Foi preciso pagar a muitos homens para regularizar, durante o dia inteiro de trabalho árduo, a situação no cemitério, enquanto as duas carroças “percorriam as ruas, tomando os cadáveres aqui e ali, e um homem as percorria a cavalo, sabendo onde eles existiam, para os fazer conduzir” (Medeiros, 1863). Parte considerável das personagens prestadoras do serviço pereceu, de modo que “os carroceiros levaram para a sepultura hoje os que na véspera tinham sido seus companheiros nesse trabalho, e foi preciso, organizar muitas vezes essa companhia, ou antes renová-la tanta foi a perda que experimentou” (Medeiros, 1863). Apesar do caráter letal do serviço, a deixar seus executores no limiar da contaminação e morte, espantava ao médico a “afoiteza” com que o ofício era exercido por indivíduos miseráveis, a aceitarem o parco salário oferecido:

*[...] teve-se gente bastante para conduzir e sepultar os cadáveres, o que foi talvez um facto singular no Ceará, porque também a população pobre do Cariri é uma gente única na província pela sua audácia e afoiteza. Naturalmente desasada, ou negligente, prima por sua coragem é capaz de afrontar os maiores perigos. Homens mal vestidos e descalços, os coveiros e carregadores andavam ao sol ardente, e durante o frio intenso da noite, sem a menor precaução; tomavam os cadáveres e conduziam; levando pendurada no carro [a] carne que compravam [para consumo], comiam sobre ele, e aí [nas carroças] deitados voltavam do cemitério procurando novos cadáveres para sepultar! (Medeiros, 1863, p. 13).*

Se a suposta “audácia e afoiteza” dos pobres – sujeitos a penoso e perigoso trabalho, rejeitado pela maioria da população, por salário que nem de longe valia o risco de vida – espantou Antônio de Medeiros, o médico não deixou de compartilhar sua visão, com preconceito e acusações. Narrando fato “que muito escandalizou a população”, acusou os “incumbidos de

<sup>36</sup> Entre os médicos cearenses que defendiam o uso profilático do álcool, Antônio Manoel de Medeiros, que usou a imprensa do período para indicar substâncias que julgava convenientes no tratamento do cólera (*O Araripe*, Crato, ano 6, n. 284, p. 1, 20 abr. 1862). Em 1856, o médico pernambucano Joaquim d’Aquino Fonseca também sugeriu o uso cálices de “aguardente de cana” como profilático contra a doença (*O Araripe*, Crato, ano 1, n. 33, p. 3, 16 fev. 1856).

dar sepultura aos cadáveres” de terem exumado Manoel Sisnando Baptista, “sepultado com um rosário de ouro ao pescoço”. A profanação ao túmulo teria consequências, coincidindo “com a morte quase instantânea, de alguns indivíduos na cidade, e de um que casualmente passando aspirava as exalações cadavéricas” (Medeiros, 1863, p. 15).

Histórias como essas faziam dos coveiros pessoas temidas e avaliadas de forma negativa. Contou Irineu Pinheiro ter ouvido de senhora nonagenária, testemunha na juventude da epidemia de 1862, que a passagem dos coveiros assustava a quem tinha enfermos sendo tratados em casa. Quando da aproximação daqueles, “os pobres e desprotegidos que choravam seus parentes agonizantes” calavam-se, pois temiam ter casebres invadidos e que seus moribundos fossem levados ainda vivos para as valas comuns (Pinheiro, 1963, p. 423).

Aliás, os relatos sobre cearenses enterrados vivos foram recorrentes, devido à pressa em abreviar o máximo possível o contato dos vivos com os eflúvios maléficos que a medicina e o senso comum julgavam emanar dos cadáveres, acarretando enganos graves. Studart, após afirmar que pessoas foram enterradas vivas em Maranguape, registrou o caso do marinheiro Raimundo. Voltando do mar durante o surto epidêmico em Fortaleza, Raimundo não encontrou a mãe em casa, pois “fora levada a sepultar”. Alarmado, correu aos prantos até o cemitério. Encontrou a progenitora numa vala. Tomado pelo amor filial, retira o corpo e vê “que a pobre mulher estava ainda viva”. Nos braços dele, a mãe exalou o último suspiro (Studart, 1997, p. 55).

Irineu Pinheiro registrou história similar. Contou que a pressa dos responsáveis pelo transporte e enterro dos coléricos era tanta, que circulava entre os sobreviventes da epidemia o relato de que numa manhã foi achado o corpo de uma mulher, dada como morta na véspera, “sentada no chão da vala, vestida na sua mortalha de madapolão, um cordão de São Francisco a amarra-lhe a cintura” (Pinheiro, 1950, p. 134). Memórias como esta fizeram o cemitério dos coléricos de Crato tornar-se espaço interdito: “Muita gente após vários anos da calamidade, temia até entrar no cemitério dos coléricos. Contavam histórias de arrepiar cabelos, sobre muitos doentes que foram enterrados ainda vivos, com a pressa da arrecadação de cadáveres para a vala comum” (Figueiredo Filho, 1966, p. 143).

## Considerações finais

Conforme demonstram as fontes referidas neste artigo, a epidemia de cólera em 1862 colocou a sociedade cearense diante de uma cruel realidade: mortos que se avolumavam, sob efeito de uma doença rápida e cruel. Todos pareciam transmutar-se em cadáveres, tanto os que eram dados à terra, quanto aqueles que sobreviveram à doença, permanecendo com suas marcas físicas: rostos encovados, esqueléticos, enlutados e quase secos de lágrimas, devido à poderosa desidratação causada pelo cólera.

A virulência da peste quebrou ritos de “bem morrer”, acelerou os processos de constituição dos cemitérios extramuros e expôs situações de desrespeito à dignidade dos corpos falecidos e como a sociedade analisada lidou com a dilatação dos mortos. A contratação emergencial de coveiros, a convocação de presidiários, a necessária vigilância de agentes

policiais e o uso de violência física para evitar que aqueles fugissem evidenciam as relações de poder no Ceará oitocentista. Um mundo desigual e violento, marcado pela escravidão e institucionalização de segregações sociais.

A peste revelou que todos eram mortais: padres, médicos, jornalistas, políticos e escravos. Todavia, repetindo o que foi visível em outras epidemias de diversos tempos e espaços, o cólera desnudou as profundas desigualdades do Ceará provincial: as condições sociais de existência repercutiram diretamente nas chances de vida ou morte, e os cearenses mais miseráveis foram a maioria dos cerca de doze mil mortos levados pelo cólera em 1862. Simbolicamente, seus corpos foram levados às covas por companheiros de miséria.

## Referências Bibliográficas

ALEXANDRE, Jucieldo Ferreira. *Quando o anjo do extermínio se aproxima de nós: representações sobre o cólera no semanário cratense O Araripe (1855-1864)*. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010. 245 p.

ALEXANDRE, Jucieldo Ferreira. “A peste tinha nivelado a todos”: pensamento racial e representações sobre o cólera na obra *Violação*, de Rodolfo Teófilo (1899)”. *Veredas: Revista Eletrônica de Ciências*, Caruru, v. 10, n. 2, p. 126-143, 2017.

ARIËS, Philippe. *História da morte no Ocidente: da Idade Média aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003. 316 p.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 272 p.

CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *Diccionario de medicina popular e das sciencias accessorias para uso das familias*. 6ª ed. Paris, Editores A. Roger & F. Chernoviz, 1890. 2 vol. 1276 p.

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de símbolos*. Tradução de Vera da Costa e Silva, Raul de Sá Barbosa, Angela Melim e Lúcia Melim. São Paulo: José Olympio, 2015. 1036 p.

DELUMEAU, Jean. *História do medo no ocidente (1300-1800): uma cidade sitiada*. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. 693 p.

DIWAN, Pietra. *Raça pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo*. São Paulo: Contexto, 2013. 160 p.

ELIAS, Norbert. *A solidão dos moribundos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. 107 p.

EVANS, Richard J. *Death in Hamburg: society and politics in the cholera years*. New York: Penguin Books, 2005. 752 p.

FIGUEIREDO FILHO, J. de. *História do Cariri*. Crato: Faculdade de Filosofia do Crato, 1966. v. 3. 166 p.

KIPLE, Kenneth F. Cholera and race in the Caribbean. *Journal of Latin American Studies*,



Cambridge, v. 17, n. 1, p. 157-177, 1985. <https://doi.org/10.1017/S0022216X00009238>.

MACIEL, Dhenis Silva. *Valei-me, São Sebastião: a epidemia de cólera morbo na vila de Maranguape (1862-1863)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Departamento de História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011. 184 f.

MEDEIROS, Antônio Manoel de. Relatório apresentado ao Ilm. Exm. Sr. Dr. José Bento da Cunha Figueiredo Júnior, presidente da Província do Ceará pelo Dr. Antônio Manoel de Medeiros, 1º cirurgião do corpo de saúde do exército, em comissão nas comarcas do Crato, e Jardim, durante a epidemia do cólera-morbo em 1862. Ceará: Imp. na Typ. Brasileira, 1863, 22 p.

LIMA, Tania Andrade. Humores e odores: ordem corporal e ordem social no Rio de Janeiro, século XIX. História, Ciências, Saúde – Manguinhos. Vol. 2, n. 3, nov. 1995/fev. 1996, p. 44-96, 1996. <https://doi.org/10.1590/S0104-59701996000400004>.

NASCIMENTO, Dilene Raimundo do; SILVEIRA, Anny Jackeline Torres. A doença revelando a história. In: NASCIMENTO, Dilene Raimundo do; CARVALHO, Diana Maul de (org.). *Uma história brasileira das doenças*. Brasília: Paralelo 15, 2004. p. 13-30

PINHEIRO, Irineu. *O Cariri: seu descobrimento, povoamento, costumes*. Fortaleza: edição do autor, 1950. 288 p.

PINHEIRO, Irineu. *Efemérides do Cariri*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1963. 570 p.

RODRIGUES, Claudia. *Nas fronteiras do além: a secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 390 p.

RODRIGUES, Claudia Rodrigues; FRANCO, Maria da Conceição Vilela. O corpo morto e o corpo do morto entre a Colônia e o Império. In: PRIORE, Mary del; AMANTINO, Marcia (org.). *História do Corpo no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2011. p. 157-183.

SANTOS, Ricardo Augusto dos. Representações sociais da peste e da gripe espanhola. In: NASCIMENTO, Dilene Raimundo do; CARVALHO, Diana Maul de (org.). *Uma história brasileira das doenças*. Brasília: Paralelo 15, 2004, p. 126-144.

SCHWARCZ, Lillian Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. 296 p.

STUDART, Guilherme. *Climatologia, epidemias e endemias do Ceará*. Ed. fac-sim. Fortaleza: Fundação Waldemar de Alcântara, 1997. 74 p.

TEÓFILO, Rodolfo. Violação. In: TEÓFILO, Rodolfo. *A Fome; Violação*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979. p. 236-256.

*Recebida em: 29 de setembro de 2020*

*Aprovada em: 19 de dezembro de 2020*